

**INDÚSTRIAS DUREINO S/A**  
***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS***  
***EXERCÍCIOS FINDOS EM***  
***31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023***

# **INDÚSTRIAS DUREINO S/A**

## **Demonstrações Financeiras**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023**

### **Conteúdo**

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras



## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Aproveitamos a oportunidade para registrar nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e, especialmente, aos nossos colaboradores, pelo envolvimento e dedicação.

Teresina-PI, 17 de março de 2025.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Indústrias Dureino S/A**  
Teresina – PI

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Indústrias Dureino S/A** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Indústrias Dureino S/A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da **Indústrias Dureino S/A**, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram um relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas, datado em 22 de março de 2024.

Rio de Janeiro - RJ - Av. Graça Aranha, 416/11º andar – CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 | Fax: 55 21 2261-6806 | [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)

#### Filiais e empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br)

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | [bh@bkr-lopemachado.com.br](mailto:bh@bkr-lopemachado.com.br)

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 | Fax: 55 81 3325-6041 | [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br)

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | [novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br](mailto:novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br)

BKR INTERNATIONAL

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - New York - NY - EUA - Tel: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) | Contato: Maurcen M. Schwartz - Diretora Executiva



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro - RJ - Av. Graça Aranha, 416/11º andar – CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 | Fax: 55 21 2261-6806 | [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)

### **Filiais e empresas Ligadas**

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br)

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | [bh@bkr-lopemachado.com.br](mailto:bh@bkr-lopemachado.com.br)

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 | Fax: 55 81 3325-6041 | [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br)

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | [novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br](mailto:novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br)

BKR INTERNATIONAL

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - New York - NY - EUA - Tel: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rio de Janeiro - RJ - Av. Graça Aranha, 416/11º andar – CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 | Fax: 55 21 2261-6806 | [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)

**Filiais e empresas Ligadas**

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br)

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | [bh@bkr-lopemachado.com.br](mailto:bh@bkr-lopemachado.com.br)

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 | Fax: 55 81 3325-6041 | [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br)

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | [novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br](mailto:novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br)

**BKR INTERNATIONAL**

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

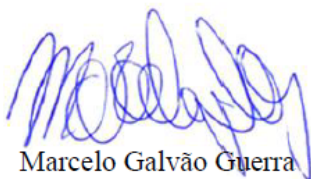
Américas - New York - NY - EUA - Tel: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de março de 2025.

CRC-RJ-2026-O



Marcelo Galvão Guerra  
Contador - CRC-RJ-087079/O-3



Thomás de Oliveira Maranhão Cavalcanti  
Contador - CRC-PE-026437/O-7



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

**Balancos Patrimoniais  
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.396	76.787	Empréstimos e financiamentos	15	2.989	56.722
Contas a receber de clientes	7	28.182	40.020	Fornecedores	16	11.604	15.502
Estoques	8	44.302	23.722	Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.102	1.847
Impostos a recuperar	9	17.981	31.835	Tributos a pagar	18	1.038	1.851
Adiantamentos	10	3.306	4.036	Parcelamento tributário	19	220	226
Despesas antecipadas		290	147	Adiantamentos de clientes		420	613
		112.457	176.547	Outros valores a pagar		437	495
						18.810	77.256
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	15	4.120	7.024
Impostos a recuperar	9	550	635	Parcelamento tributário	19	1.969	2.347
Tributos diferidos	11	8.146	9.550	Provisões para contingências	20	739	739
Propriedades para investimentos	12	5.481	3.896			6.828	10.110
Investimentos	13	2.820	2.225				
Imobilizado	14	74.962	56.708	<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Intangível		94	92	Capital social		90.000	12.955
		92.053	73.106	Reserva de capital		-	511
				Reservas de lucros		88.523	148.522
				Ajustes de avaliação patrimonial		349	349
				Ações em tesouraria		-	(50)
						178.872	162.287
<b>Total do Ativo</b>		<b>204.510</b>	<b>249.653</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>204.510</b>	<b>249.653</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

**Demonstrações de Resultados**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	277.900	318.520
Custos dos produtos vendidos e do serviços prestados	23	(217.681)	(259.294)
Resultado bruto		<u>60.219</u>	<u>59.226</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas comerciais	24	(49.039)	(37.337)
Despesas com pessoal	24	(4.824)	(4.254)
Despesas gerais e administrativas	24	(4.020)	(3.819)
Despesas tributárias	24	(3.964)	(3.741)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	9.725	10.513
		<u>(52.122)</u>	<u>(38.638)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>8.097</u>	<u>20.588</u>
Receitas financeiras	26	17.656	10.379
Despesas financeiras	26	<u>(4.567)</u>	<u>(7.971)</u>
	26	13.089	2.408
Resultado antes dos impostos		<u>21.186</u>	<u>22.996</u>
Imposto de renda corrente	27	(3.369)	-
Contribuição social corrente	27	(1.239)	-
Imposto de renda diferido	27	-	841
Contribuição social diferida	27	-	303
Lucro líquido do exercício		<u>16.578</u>	<u>24.140</u>
Número de ações ao final do exercício	21(a)	<u>26.589</u>	<u>26.589</u>
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		<u>62,3491</u>	<u>90,7894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Outras				
Saldos em 1º de janeiro de 2023	12.955	511	2.591	132.135	16	9.732	(50)	-	157.890
Reversão de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(9.383)	-	-	(9.383)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	(10.360)	-	-	-	-	(10.360)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	21(c)	-	-	24.140	-	-	-	(24.140)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	24.140	24.140
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.955	511	2.591	145.915	16	349	(50)	-	162.287
Aumento de capital social com a utilização de reservas	21(a)	77.045	(511)	-	(76.534)	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Perda na alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	43	(43)	-
Incorporação de outras reservas para incentivo fiscal	-	-	-	16	(16)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	21(c)	-	-	15.706	-	-	-	(15.706)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.578	16.578
Proposta da destinação do lucro Reserva legal	21(b)	-	-	829	-	-	-	(829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.000	-	3.420	85.103	-	349	-	-	178.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.578	24.140
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:		
Reversão de ajustes de avaliação patrimonial	-	(9.383)
Baixas, líquidas de depreciação no imobilizado	20.155	10.735
Depreciações e amortizações sobre o imobilizado	13.684	10.892
Tributos diferidos	1.404	(1.144)
Juros incorridos sobre os parcelamentos	107	83
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	2.955	6.274
Lucro líquido do exercício - ajustado	54.883	41.597
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	11.838	(4.570)
Estoques	(20.580)	10.052
Impostos a recuperar	13.939	(7.929)
Adiantamentos	730	(2.560)
Despesas antecipadas	(143)	10
Fornecedores	(3.898)	4.104
Obrigações sociais e trabalhistas	255	166
Tributos a pagar	(813)	1.552
Parcelamentos	(491)	(316)
Adiantamentos de clientes	(193)	143
Outros valores a pagar	(58)	213
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	55.469	42.462
Juros pagos	(5.456)	2.837
Fluxo de caixa das atividades operacionais	50.013	45.299
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de propriedades para investimentos	(1.585)	(6)
Investimentos	(595)	(892)
Adições no imobilizado	(52.093)	(24.968)
Aplicações no intangível	(2)	(13)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(54.275)	(25.879)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	-	2.072
Captação de empréstimos e financiamentos	337	53.080
Amortização de principal e juros dos empréstimos e financiamentos	(54.473)	(50.488)
Distribuição antecipada de lucros	-	(10.360)
Ações em tesouraria	7	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(54.129)	(5.696)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58.391)	13.724
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	76.787	63.063
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	18.396	76.787
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58.391)	13.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

## **1. Contexto operacional**

A **Indústrias Dureino S/A** (“**Companhia ou Dureino**”), pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Teresina-PI e prazo de duração indeterminado, tem atuação que abrange desde a aquisição do grão de soja até a produção de farelo e óleo refinado para o consumidor final, além de prestação de serviços de transporte de cargas. A Companhia é genuinamente piauiense e está presente em quase todos os estados do Nordeste. Em sua gestão, são observadas as disposições descritas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das disposições contidas em seu Estatuto Social.

### **Incentivos fiscais**

#### **ICMS**

A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pelo Governo do Estado do Piauí, o qual concede a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para a fabricação de determinados produtos, conforme legislação vigente. Esses benefícios são concedidos a projetos considerados prioritários para o Estado do Piauí, por motivo de implantação, realocização, revitalização e ampliação de unidades fabris já instaladas

O referido benefício fiscal tem vigência até 31 de dezembro de 2030 e sua manutenção está condicionada ao cumprimento de determinados requisitos estabelecidos pela legislação estadual.

#### **IRPJ**

Em 17 de dezembro de 2024, foi aprovado o incentivo fiscal referente ao lucro da exploração para a Companhia em área da SUDENE, garantindo a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais, com vigência até 31 de dezembro de 2033 para a utilização desse benefício fiscal. Esses incentivos têm como objetivo fomentar o desenvolvimento regional, estimulando investimentos em áreas estratégicas.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão pela Administração em 17 de março de 2025.

## **2.2. Ativos e passivos financeiros**

### **2.2.1. Ativos financeiros**

#### *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor juros por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### *Classificação e mensuração subsequente*

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR      Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado      Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

## **2.2.2. Passivos financeiros**

*Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



### 2.2.3. Desreconhecimento

#### (i) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### (ii) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

### 2.2.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os investimentos financeiros, por sua própria natureza, já estão mensurados a valor justo por meio do reconhecimento no resultado.

### 2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou *impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas o valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.



## 2.5. Estoques

São demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as expectativas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## 2.6. Impostos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

## 2.7. Propriedades para investimentos

Propriedades para investimentos são propriedades (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantidas pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso com vistas a auferir receita com aluguel ou para valorização do capital, ou para ambas, e, não, para: (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso normal do negócio.

As propriedades para investimentos estão avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

## 2.8. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos imobilizados é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir:

	<u>Anos</u>
Edificações	10-25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5-10
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	5-10
Veículos	4-5



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## **2.9. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

### ***Ativos não financeiros***

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

#### **2.10. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **2.11. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.12. Provisões para contingências**

As provisões para contingências (administrativa, cível, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

#### **2.13. Outros ativos e passivos**

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.



#### **2.14. Reconhecimento da receita**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

##### ***(i) Receita com vendas de produtos***

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

##### ***(ii) Receita de prestação de serviços***

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados, na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente, o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

##### ***(iii) Receita financeira***

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

#### **2.15. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## **2.16. Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

As subvenções e assistências governamentais para investimentos são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram atendidas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente da subvenção. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.



### 3. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

#### *(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa*

A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

#### *(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos*

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

#### *(c) Provisões para contingências*

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

#### *(a) Risco de mercado*

##### **Risco cambial**

A Companhia, atualmente, não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e ao Euro em transações comerciais no mercado externo. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras no exterior.



**Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros de mercado**

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

***(b) Risco de crédito***

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

***(c) Risco de liquidez***

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Controladoria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Mais de um ano</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		
Empréstimos e financiamentos	2.989	4.120
Fornecedores	11.604	-
Adiantamentos de clientes	420	
Outros valores a pagar	437	-
	<u>15.450</u>	<u>4.120</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		
Empréstimos e financiamentos	56.722	7.024
Fornecedores	15.502	-
Adiantamentos de clientes	613	
Outros valores a pagar	495	-
	<u>73.332</u>	<u>7.024</u>

#### **4.2. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(+) Empréstimos e financiamentos	7.109	63.746
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.396)</u>	<u>(76.787)</u>
Dívida líquida	<u>(11.287)</u>	<u>(13.041)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>178.872</u>	<u>162.287</u>
Total do capital	<u>167.585</u>	<u>149.246</u>
Índice negativo de alavancagem financeira	-7%	-9%

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	18.396	76.787
Contas a receber de clientes	28.182	40.020
Adiantamentos	<u>3.306</u>	<u>4.036</u>
	<u>49.884</u>	<u>120.843</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	7.109	63.746
Fornecedores	11.604	15.502
Adiantamentos de clientes	420	613
Outros valores a pagar	<u>437</u>	<u>495</u>
	<u>19.570</u>	<u>80.356</u>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	181	116
Bancos conta movimento	1.548	2.902
Aplicações financeiras	<u>16.667</u>	<u>73.769</u>
	<u><u>18.396</u></u>	<u><u>76.787</u></u>

A Companhia mantém suas aplicações financeiras em instituições financeiras com bom *rating* de avaliação e boa reputação no mercado. A Administração considera esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações de liquidez imediata correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são indexadas por taxas similares as do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

**7. Contas a receber de clientes**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes nacionais	30.983	40.490
Valores a receber de cartões de crédito	315	340
Outros créditos	<u>21</u>	<u>1.549</u>
	31.319	42.379
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	<u>(3.137)</u>	<u>(2.359)</u>
	<u><u>28.182</u></u>	<u><u>40.020</u></u>

O saldo a receber dos clientes nacionais por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	26.701	32.537
Vencidos até 30 dias	980	4.540
Vencidos de 31 a 90 dias	67	297
Vencidos de 91 a 180 dias	98	46
Vencidos há mais de 180	<u>3.137</u>	<u>3.070</u>
	<u><u>30.983</u></u>	<u><u>40.490</u></u>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Em 1º de janeiro	(2.359)	(2.491)
Constituição	(1.597)	-
Reversão	<u>819</u>	<u>132</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>(3.137)</u></u>	<u><u>(2.359)</u></u>

**8. Estoques**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Produtos acabados e semi-acabados	15.654	7.638
Matéria prima e materiais secundários	22.134	10.658
Materiais de manutenção e consumo	<u>6.514</u>	<u>5.426</u>
	<u><u>44.302</u></u>	<u><u>23.722</u></u>

**9. Impostos a recuperar**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS e COFINS a recuperar	8.310	21.307
ICMS a recuperar	10.024	8.579
IPI a recuperar	37	324
IRRF a recuperar	122	1.395
IRPJ a recuperar	-	765
CSLL a recuperar	-	100
Outros tributos a recuperar	<u>38</u>	<u>-</u>
	<u><u>18.531</u></u>	<u><u>32.470</u></u>
Circulante	17.981	31.835
Não circulante	550	635



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

**10. Adiantamentos**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos a fornecedores	3.035	3.785
Adiantamentos a funcionários	<u>271</u>	<u>251</u>
	<u><u>3.306</u></u>	<u><u>4.036</u></u>

**11. Tributos diferidos**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ	5.990	7.022
CSLL	<u>2.156</u>	<u>2.528</u>
	<u><u>8.146</u></u>	<u><u>9.550</u></u>

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, são reconhecidos e contabilizados o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, incidentes, respectivamente, sobre os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa de contribuição social.

A Companhia tem utilizado os créditos para compensação de IRPJ e CSLL incidentes sobre lucros tributários desde o exercício de 2022.

**12. Propriedades para investimentos**

Refere-se a terrenos localizados no estado do Piauí com objetivo de valorização e não são utilizados nas atividades operacionais da Companhia.

A Companhia, por meio de laudo de avaliação emitido por consultores imobiliários externos, entende que não há indícios de perdas por redução ao valor recuperável em relação aos valores registrados.

**13. Investimentos**

Referem-se a pagamentos à Consórcios e são mensurados pelo custo de aquisição.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

**14. Imobilizado**

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação ao ano	-	4% a 10%	10%	10% a 20%	10% a 20%	20%	20% a 25%	-	
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	9.383	390	5.146	1.347	225	343	24.523	12.010	53.367
Adições	-	29	-	225	46	113	1.947	22.608	24.968
Baixas, Líquidas de depreciação	(9.383)	(103)	(190)	-	35	21	(1.115)	-	(10.735)
Transferências	-	521	3.090	17	61	-	16.661	(20.350)	-
Depreciação	-	(23)	(826)	(281)	(39)	(67)	(9.656)	-	(10.892)
	-	814	7.220	1.308	328	410	32.360	14.268	56.708
Custo	-	1.272	15.580	4.615	620	902	52.200	14.268	89.457
Depreciação acumulada	-	(458)	(8.360)	(3.307)	(292)	(492)	(19.840)	-	(32.749)
	-	814	7.220	1.308	328	410	32.360	14.268	56.708
Em 31 de dezembro de 2024									
Saldo inicial	-	814	7.220	1.308	328	410	32.360	14.268	56.708
Adições	-	52	158	856	57	40	2.986	47.944	52.093
Baixas, Líquidas de depreciação	-	-	(4)	(138)	-	-	(452)	(19.561)	(20.155)
Transferências	-	847	2.978	8.386	214	20	5.443	(17.888)	-
Depreciação	-	(56)	(1.161)	(287)	(65)	(77)	(12.038)	-	(13.684)
	-	1.657	9.191	10.125	534	393	28.299	24.763	74.962
Custo	-	2.171	18.295	13.719	891	962	58.666	24.763	119.467
Depreciação acumulada	-	(514)	(9.104)	(3.594)	(357)	(569)	(30.367)	-	(44.505)
	-	1.657	9.191	10.125	534	393	28.299	24.763	74.962



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

***Custo Atribuído (“deemed cost”)***

Em 2011, a Companhia atribuiu custo ao Ativo Imobilizado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), incluindo dispositivos alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

***Vida útil e método de depreciação***

A Administração da Companhia procedeu a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e pela Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

***Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)***

A Companhia, na aplicação dos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, efetuou as análises aplicáveis e verificou que não há necessidade de provisão para perda por desvalorização.

**15. Empréstimos e financiamentos**

***(a) Composição***

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos incidentes</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Em moeda nacional</b>				
<b><i>Capital de giro</i></b>				
Banco Santander S.A.	-	-	-	26.084
Caixa Econômica Federal	-	-	-	26.304
<b><i>Financiamentos</i></b>				
Banco Volvo S.A.	0,95% ao mês	até dezembro de 2026	1.743	3.841
Scania Banco S.A.	1,27% ao mês	até dezembro de 2026	2.187	3.347
<b><i>Consórcios</i></b>				
Banco do Brasil S.A.	15,9% e 16,9%	até janeiro de 2027	702	1.192
Banco Volvo S.A.	12,5% e 13,5%	até fevereiro de 2028	1.368	1.764
Scania Banco S.A.	14%	até junho de 2030	1.109	1.214
			<u>7.109</u>	<u>63.746</u>
Circulante			2.989	56.722
Não circulante			4.120	7.024



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS

**(b) Movimentação**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Em 1º de janeiro	63.746	52.044
Captação	337	53.080
Juros incorridos	2.955	6.274
Amortização de principal e juros	<u>(59.929)</u>	<u>(47.652)</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>7.109</u></u>	<u><u>63.746</u></u>

**(c) Vencimentos dos contratos classificados no passivo não circulante**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2025	-	3.170
2026	3.021	2.808
2027	599	578
2028	228	212
2029	207	191
2030	<u>65</u>	<u>65</u>
	<u><u>4.120</u></u>	<u><u>7.024</u></u>

**(d) Garantias**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por produtos agropecuários, soja em grãos, cessão fiduciária, carta de crédito e alienação fiduciária de bens.

**(e) Cláusulas restritivas**

Abaixo, estão descritas as obrigações contratuais que, se não cumpridas, sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas dos contratos de empréstimos:

- Atraso nos pagamentos das parcelas;
- Ações judiciais que coloquem em risco as garantias constituídas ou falta de reforço destas em caso de alteração societária;
- Alteração do objeto social, ou qualquer alteração societária que implique em mudança de controle, sem o consentimento do credor;



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

- Requerimento de falência ou recuperação extrajudicial pela Companhia ou avalista;
- Dissolução da Companhia sem o consentimento do credor;
- Transferência da titularidade do Capital Social da Companhia;
- Constatação de fraude em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido entregue ao credor.

**16. Fornecedores**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores de matérias primas	3.818	9.477
Fornecedores diversos	<u>7.786</u>	<u>6.025</u>
	<u>11.604</u>	<u>15.502</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

**17. Obrigações sociais e trabalhistas**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários a pagar	386	340
Pró-labore a pagar	20	20
INSS a recolher	264	241
FGTS a recolher	80	70
FUNRURAL a recolher	20	34
IRRF sobre folha de pagamento a recolher	52	51
Provisão de férias e encargos	1.270	1.088
Outras obrigações a recolher	<u>10</u>	<u>3</u>
	<u>2.102</u>	<u>1.847</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS

## 18. Tributos a pagar

	2024	2023
IRPJ a recolher	566	-
CSLL a recolher	294	-
IRRF sobre JSCP a recolher	-	1.554
Outras obrigações a recolher	178	297
	<u>1.038</u>	<u>1.851</u>

## 19. Parcelamento tributário

Refere-se a parcelamento de débitos do FUNRURAL, cuja consolidação ocorreu em 18 de abril de 2018. Foi dividido em 174 parcelas, com vencimento final em julho de 2035.

## 20. Provisões para contingências

### *(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço*

A Companhia possui ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$739 (igual valor em 2023).

### *(b) Perdas possíveis e remotas, não provisionadas no balanço*

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não tem processos de natureza cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis nem remotas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

### *(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF*

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

## 21. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$90.000 (R\$12.955 em 2023), representado conforme a seguir:

<u>2024</u>		Número de ações ordinárias	%
Acionistas			
João de Almendra Freitas Filho		16.430	61,79%
Eduardo Demes Castro de Almendra Freitas		5.450	20,50%
Valdik Cardoso dos Santos		4.701	17,68%
Outros		8	0,03%
		<u>26.589</u>	<u>100,00%</u>

<u>2023</u>		Número de ações ordinárias	%	Número de ações preferenciais	%
Acionistas					
João de Almendra Freitas Filho		16.427	61,81%	-	-
Eduardo Demes Castro de Almendra Freitas		5.450	20,51%	-	-
Valdik Cardoso dos Santos		4.699	17,68%	4	30,77%
Outros		-	0,00%	9	69,23%
		<u>26.576</u>	<u>100,00%</u>	<u>13</u>	<u>100,00%</u>

No dia 22 de maio de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas decidiram aumentar o capital social no montante de R\$77.045, com a utilização de reserva de incentivo fiscal e reserva de capital.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

***(b) Reserva legal***

Sobre o lucro líquido do exercício serão aplicados 5%, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

***(c) Reserva de incentivos fiscais***

Refere-se a incentivos fiscais, de redução de ICMS – Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, que são contabilizadas inicialmente no resultado do período, constituindo-se a respectiva Reserva de Lucros no encerramento do exercício.

***(d) Ajuste de avaliação patrimonial***

Conforme Nota Explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia atribuiu custo ao Ativo Imobilizado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**22. Receita operacional líquida**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita com vendas de produtos	273.491	311.168
Receita com prestação de serviço de transporte	11.875	10.723
Deduções		
Impostos sobre vendas e prestação de serviços	(4.693)	(1.479)
Cancelamentos, devoluções e descontos	(2.773)	(1.892)
	<u>277.900</u>	<u>318.520</u>

**23. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Matérias-primas e insumos	(185.741)	(226.958)
Energia elétrica	(2.718)	(2.662)
Mão de obra	(6.069)	(5.631)
Combustíveis e lubrificantes	(258)	(324)
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	(680)	(1.609)
Depreciação e amortização	(1.069)	(10.704)
Outros gastos gerais de produção	(21.146)	(11.406)
	<u>(217.681)</u>	<u>(259.294)</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS

**24. Despesas por natureza**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e encargos sociais	(5.931)	(5.321)
Produtividade	(2.805)	(2.301)
Pró-labore	(354)	(338)
Férias, 13º salário e encargos sociais	(1.217)	(1.102)
Assistência médica	(317)	(257)
Alimentação	(229)	(190)
Diárias	(1.394)	(1.273)
Comissões sobre vendas	(695)	(639)
Fretes sobre vendas	(7.932)	(8.525)
Manutenção	(3.384)	(4.044)
Taxas, impostos e tributos	(2.592)	(3.636)
Energia elétrica	(276)	(287)
Perda no recebimento de crédito	(1.624)	(126)
Honorários advocatícios	(113)	(524)
Combustíveis, lubrificantes e ARLA	(23.908)	(14.295)
Pneus	(1.450)	(1.101)
Serviços de vulcanização e recapagem de pneus	(713)	(352)
Serviços prestados	(2.063)	(2.018)
Serviços de consultoria	(421)	(339)
Perdas tributárias	(1.361)	-
Outras despesas	(3.068)	(2.483)
	<u>(61.847)</u>	<u>(49.151)</u>
Despesas comerciais	(49.039)	(37.337)
Despesas com pessoal	(4.824)	(4.254)
Despesas gerais e administrativas	(4.020)	(3.819)
Despesas tributárias	(3.964)	(3.741)
	<u>(61.847)</u>	<u>(49.151)</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS

**25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas		
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	143
Alienação na venda de imobilizado	1.978	10.341
Recuperação de créditos tributários (*)	7.528	-
Outras receitas	<u>244</u>	<u>57</u>
	9.750	10.541
Despesas		
Multas indedutíveis	(15)	(28)
Outras despesas	<u>(10)</u>	-
	(25)	(28)
	<u>9.725</u>	<u>10.513</u>

(\*) O valor se refere ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes dos processos judiciais de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, bem como valores oriundos de atualização monetária de créditos relativos a IPI e PIS/COFINS objeto de pedidos de ressarcimento formulados na via administrativa, a partir do dia seguinte ao exaurimento do prazo de 360 dias a que alude o art. 24 da Lei nº 11.457/2007, com base na SELIC, que foram transitados em julgado em favor da Companhia.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS

**26. Receitas (despesas) financeiras**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.655	5.715
Juros e multas ativas	1.353	581
Descontos obtidos	2.783	3.531
Juros sobre receita tributária (*)	7.747	-
Variação cambial	921	264
Outras receitas financeiras	197	288
	<u>17.656</u>	<u>10.379</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.955)	(6.274)
Juros sobre parcelamentos	(107)	(83)
Despesas bancárias	(80)	(79)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(163)	(350)
Descontos concedidos	(57)	(48)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(761)	(470)
Variação cambial negativa	(25)	(254)
Outras despesas financeiras	(419)	(413)
	<u>(4.567)</u>	<u>(7.971)</u>
	<u>13.089</u>	<u>2.408</u>

(\*) Refere-se aos juros sobre os créditos oriundos de processos judiciais, mencionados na Nota Explicativa nº 25.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
EM MILHARES DE REAIS**

**27. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.186	22.996
Adições	331	91
Exclusões	<u>(7.747)</u>	<u>(26.451)</u>
Base de cálculo	<u>13.770</u>	<u>(3.364)</u>
Imposto de renda diferido (15% + adicional 10% - PAT)	<u>(3.369)</u>	<u>841</u>
Contribuição social diferida (9%)	<u>(1.239)</u>	<u>303</u>

**28. Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado a fim de cobrir eventuais perdas com sinistros, conforme abaixo:

Bem segurado	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização (mil R\$)
Fábrica	Essor Seguros S.A.	09.09.2024 a 09.09.2025	86.826
Veículos	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	02.02.2024 a 02.02.2025	114.423

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

João de Almendra Freitas Filho – Presidente  
Eduardo Demes C. de Almendra Freitas – Conselheiro  
Leonardo e Silva de Almendra Freitas – Conselheiro

**DIRETORIA**

Valdik Cardoso dos Santos – Diretor Presidente  
Daniel Ferreira Mousinho – Diretor Administrativo  
Eduardo Demes C. de Almendra Freitas – Diretor Técnico  
Pedro Mauricio dos S. Evangelista – Diretor Comercial

  
Valdik Cardoso dos Santos  
Diretor Presidente

  
Raquel Ângela Aives de Sousa  
Contadora - CRC/PI 011353/O-1

\* \* \*